

CIA DOCAS DESANTANA

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA DOCAS DE SANTANA

Data: 17/03/2017

Hora: 09:00

Local: Sala de reuniões da Companhia Docas de Santana

1. EXPEDIENTE:

1.1 - Assinatura da lista de presença:

Conforme registrado na lista de presença, a qual é parte integrante desta ATA, compareceram: Robson Marcos Gualberto do Carmo, Presidente do CONFIS e membros: Roneido Richene Oeiras e Silvio Cesar Barreto Trigueiro, e como convidados para assessorar os trabalhos, Paulo Roberto Abelaira Couto Diretor Presidente da CDSA, José Antônio Soares Garcia Diretor Administrativo e Financeiro da CDSA, Victor Hugo Holanda da Silva, Diretor Operacional da CDSA, Corregedora Ronise Silva da Silva Presidente da Comissão Permanente de Licitação-CPL Gilmar Targino de Oliveira Diniz Chefe da Divisão de Segurança Portuária Claudivaldo Soares Uchoa, Chefe da Divisão de Planejamento e Gestão Portuária da CDSA, Josué Pereira Alves, Chefe da Seção Segurança Portuária, Clésio de Almeida da Silva e Leila Pires Vieira Secretária da Companhia Docas de Santana.

1.2- Comunicação da presidência

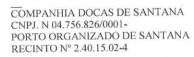
O Presidente do CONFIS saudou a todos, desejando uma reunião de sucesso.

1.2 - Comunicações dos Conselheiros Não houve

2. ORDEM DO DIA

2.1- Possiblidade de compensação da divida da Prefeitura Municipal de Santana

Por solicitação do presidente do CONFIS a Corregedora da CDSA, Ronise Silva da Silva discorreu sobre a possibilidade da compensação da dívida da Prefeitura Municipal de Santana provenientes de dividendos indevidamente repassados a Prefeitura de Santana e a dívida da Companhia Docas de Santana-CDSA referente ao ISS e o IPTU junto a Prefeitura Municipal



Rua Cláudio Lúcio Monteiro, 1380 Bairro: Novo Horizonte CEP 68925-000 Santana – Amapá Site:www.docasdesantana.com.br E-mail:presidencia@docasdesantana.com.br Fone: (0xx96) 3314-1205 Fax: (0xx96) 3314-1210





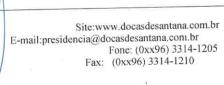
CIA DOCAS DE SANTANA

de Santana. Relatou não se possível essa compensação devido determinação que estipula que somente poderá ser utilizado para investimentos, inclusive existe uma conta especifica para essa arrecadação.

2.2- Contrato de Uso Temporário da empresa INTERMAQ EIRELLI-EPP

O presidente do CONFIS Robson Gualberto questionou a respeito do Contrato de Uso Temporário da empresa INTERMARQ. A advogada da CDSA Sra. Ronise Silva explanou que o Contato foi firmado em 28 de dezembro de 2016 e, até esta data a empresa não se instalou e que o mesmo tem duração de seis meses. Informou também que recebeu ofícios da empresa INTERMAQ para sua apreciação indagando a respeito de uma de área de Preservação Permanente-APP, e a existência de 02 (dois), moradores no local objeto do Uso temporário e em virtude de tais fatos a empresa solicitou aditamento ao instrumento contratual, bem como período de carência de comum acordo. Diante dos fatos a mesma sugeriu a presidência que os autos fossem encaminhados a Diretoria Operacional da Companhia Docas de Santana-CDSA, para que realizassem um levantamento da área e fizesse um relatório de visita técnica. Mencionou que dia 20 de fevereiro de 2017, foi a Brasília reuniu-se com o Sr. Anilson Assessor da Superintendência de outorgas o qual orientou que a CDSA deverá fazer cumprir o contrato conforme as cláusulas entabuladas, caso não haja acordo entre as partes poderá ser levada à arbitragem da Agência Nacional de Transportes Aquaviários-ANTAQ. Noticiou que a INTERMAQ estar querendo rescindir o contrato. Relatou que dia 13 de março de 2017, esteve em Brasília e foi orientada a encaminhar oficio aos órgãos ambientais para que façam um levantamento da área outorgada e informe a existência dos mesmos, questionou ao Sr. Samuel Cavalcante superintendente da ANTAQ, caso se confirme a existência de APP, poderá se diminuir a área, respondendo o superintendente que sim, mas terá que ser feito outro Contrato de Uso Temporário é deverá ser aprovado pela ANTAQ, no tocante a cobrança de tarifa o Superintendente orientou que a mesma deve ser feita normalmente enquanto não sair o laudo emitido pelo IMAP. O presidente da CDSA Sr. Paulo Roberto Abelaira Couto comunicou que entregou pessoalmente a fatura de cobrança do mês de fevereiro de 2017, comunicou também que já foi encaminhado oficio aos órgãos ambientais para a realização do levantamento. Em seguida o presidente do CONFIS Sr. Robson Gualberto questionou se a área está sendo monitorada

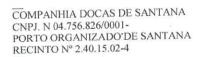






CIA DOCAS DE SANTANA

respondendo o Diretor Operacional Sr. Victor Hugo Holanda que a CDSA, no momento não tem condições de monitorar devido à guarda portuária não possui armamento. O conselheiro Silvio Trigueiro indagou a respeito do prédio da Vila Nova sugeriu fazer reintegração do mesmo e disse que poderá fazer levantamento da área. A Sra. Ronise Silva respondeu que o processo está na justiça e se encarregou de fazer um documento sobre a situação da área da Vila nova. O conselheiro Roneido Oeiras disse que não ver objeção em fazer essa reintegração da área da Vila nova e disponibilizou-se a contribuir com o jurídico da CDSA nessa missão. Outra questão levantada foi sobre o Seguro de Responsabilidade civil a Sra. Ronise Silva informou que já foi a Brasília conversar sobre a situação, sendo informada que todas as empresas são obrigadas a possuir o Seguro de Responsabilidade Civil, ressaltou a importância do mesmo, pois o porto está desguarnecido do supramencionado seguro. O presidente Robson Gualberto questionou ao Sr. Gilmar Targino Presidente da Comissão de Licitações da CDSA sobre o andamento do processo de Seguro de Responsabilidade Civil o mesmo respondeu que o processo está na fase de elaboração do Termo de Referência. Questionou também sobre o Sistema de Gestão, sendo informando que foi instalado e estar na fase de treinamento. No momento o presidente da CDSA Sr. Paulo Roberto Couto pronunciou-se dizendo que a mudança para o prédio novo será até o final de abril, pois conversou com o representante da empresa Caramuru Sr. Mamede Barbosa o qual lhe informou que contratou uma nova empresa para concluir os trabalhos. Quanto aos móveis o conselheiro Silvio Trigueiro questionou se é possível a prefeitura comprar os móveis e compensar com a dívida junto a CDSA, A Sra. Ronise Silva esclareceu que não há possibilidade, mas que a prefeitura poderia comprar conforme consta no artigo 6º § 1º inciso I do Estatuto Social da CDSA. Logo após o presidente Robson Gualberto interrogou a respeito do Contrato da dragagem, indagou como estava sendo feito quem fiscalizava a Sra. Ronise Silva explica que a dragagem vem sendo feita desde 2002 pela AMCEL, todavia a manutenção cabe a CDSA, mas como não se tem dinheiro fica a AMCEL responsável em fazê-la, salientou que todas as tratativas da dragagem são feitas com a ANTAQ. Robson Gualberto sugeriu fazer um estudo para poder fazer a dragagem e solicitou que a empresa Dantas serviços apresente todas as licenças de operação junto a CDSA. O presidente da CDSA Paulo Roberto informou que o contrato de dragagem da AMCEL com a empresa



Rua Cláudio Lúcio Monteiro, 1380 Bairro: Novo Horizonte CEP 68925-000 Santana – Amapá Site:www.docasdesantana.com.br E-mail:presidencia@docasdesantana.com.br Fone: (0xx96) 3314-1205 Fax: (0xx96) 3314-1210





CIA DOCAS DESANTANA

Dantas serviços está vencendo. O conselheiro Roneido Oeiras indagou se já encerrou o Contrato de Arrendamento da AMCEL. A Sra. Ronise Silva expos que a AMCEL estar num processo de transição com duração de cento e oitenta dias que ao encerrar esse prazo se fará um novo contrato, enquanto não ocorrer à licitação continuará sendo feito os contratos de transição. Prosseguindo os trabalhos o presidente Robson Gualberto perguntou se é feito a batimetria no porto o Sr. Clésio de Almeida Chefe da Seção Segurança Portuária disse que sim e que existe um projeto feito pela empresa Zamim disse também que elaborou um relatório e encaminhou para algumas empresas com o objetivo de buscar parcerias. Informou que já houve uma reunião do pessoal da praticagem ressaltando a necessidade em fazer o balizamento e que os mesmos já informaram a Capitania dos Portos. O conselheiro Silvio Trigueiro relatou que a solução é trazer parcerias de fora para fazer o serviço de batimetria, solicitou que o contrato da dragagem e do balizamento ficasse para a próxima reunião, solicitou ao Sr. Clésio Almeida que apresente na próxima reunião relatório sobre a atual situação da dragagem e do balizamento. Robson Gualberto solicitou a criação de e-mails institucionais em nome dos três conselheiros para que sejam encaminhadas as pautas e atas.

3 - ASSUNTOS GERAIS

3.1 - O que ocorrer:

Encerrada a reunião eu, Leila Pires Vieira, na qualidade de Secretária, lavrei a presente ATA que após lida e analisada será assinada por mim, pelo senhor Presidente do CONFIS, e

demais conselheiros.

Leila Pires Vieira

Secretária

Roneido Richene Oeiras Membro do Confis

Robson Marcos Gualberto do Carmo

Santana-AP, 17 de março 2017.

Presidente do Confis

Silvio Cesar Barreto Trigueiro

Membro Confis